

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO DE APOIO

O Labirinto da Informação e a Erosão da Pragmática Ética

A contemporaneidade assiste a um fenômeno singular: a hipertrofia do acesso à informação concomitante a uma atrofia da capacidade analítica. Sob a égide de uma celeridade digital que não admite hiatos, as instituições — e os indivíduos que as operacionalizam — converteram a eficiência, outrora um meio operacional, em um fim teleológico absoluto. Vivemos a era do "entregável", onde a velocidade da resposta suplanta a densidade do conteúdo, e o pragmatismo rasteiro substitui a maturação necessária ao pensamento crítico. Esse cenário estabelece um paradoxo epistemológico: dispomos de um volume de dados sem precedentes, todavia, parecemos cada vez menos aptos a converter esse amálgama informativo em conhecimento estruturado e aplicado.

Nesse ecossistema de urgências, a exacerbação da produtividade muitas vezes atua como uma cortina de fumaça para uma estagnação reflexiva. Onde o olhar deveria deter-se para perscrutar as nuances e as contradições intrínsecas à realidade social e jurídica, impõe-se a lógica do algoritmo, que premia a obviedade replicável e pune a hesitação analítica. Não se trata, contudo, de um manifesto de resistência tecnofóbica; a tecnologia é ferramenta indispensável. O cerne da crise reside na submissão acrítica aos seus imperativos de velocidade, o que gera uma "miopia de gestão". Quando a rapidez se torna o único critério de excelência, negligenciam-se os fundamentos éticos e a visão de longo prazo, elementos que deveriam alicerçar a verdadeira liderança e a administração pública de alta performance.

A consequência mais nefasta dessa dinâmica é a erosão da capacidade de síntese. Fragmentados por notificações e demandas simultâneas, os gestores perdem a habilidade de conectar pontos distantes, resultando em decisões paliativas que atacam sintomas, mas preservam as patologias estruturais. O conhecimento, que exige tempo de fermentação e confronto de ideias, é trocado pela conveniência da opinião pronta. Assim, o intelectual e o técnico são empurrados para as margens, enquanto o "operador de fluxos" assume o protagonismo. Reverter essa tendência exige mais do que novas métricas; demanda uma revalorização do ócio criativo e do rigor intelectual como pilares da competência profissional, sob pena de transformarmos nossas instituições em engrenagens perfeitas de um sistema vazio de propósito.

QUESTÃO 01 - No primeiro parágrafo, o autor utiliza o termo "hipertrofia" em oposição à "atrofia" para descrever o cenário informacional contemporâneo. A partir da análise da estruturação lógica desse período e do conceito de "fim teleológico absoluto" atribuído à eficiência, depreende-se que:

- (A) A expansão quantitativa do acesso aos dados digitais promove, de forma inversamente proporcional, o esvaziamento da densidade analítica, deslocando a eficiência de sua natureza instrumental para uma finalidade em si mesma.
- (B) O paradoxo epistemológico citado reside na impossibilidade técnica de converter amálgamas informativos em conhecimento, dado que a celeridade digital é incompatível com qualquer forma de pragmatismo institucional.
- (C) A "hipertrofia" informacional é o elemento causal que garante a maturação necessária ao pensamento crítico, desde que o indivíduo consiga operacionalizar a eficiência como um meio e não como um fim.
- (D) A substituição da densidade do conteúdo pela velocidade da resposta é um fenômeno superficial que não compromete a estrutura do conhecimento, uma vez que o volume de dados compensa a falta de síntese intelectual.

QUESTÃO 02 - Ao discorrer sobre o "ecossistema de urgências" no segundo parágrafo, o autor introduz a metáfora da "miopia de gestão". Considerando o contexto em que a lógica do algoritmo é apresentada como oposta ao ato de "perscrutar as nuances", assinale a alternativa que traduz a implicação ética dessa miopia:

- (A) A submissão aos imperativos tecnológicos é uma resistência tecnofóbica necessária para evitar que a hesitação analítica trave as engrenagens da administração pública de alta performance.
- (B) A excelência na gestão é frequentemente confundida com a rapidez decisória, o que resulta na obliteração de fundamentos éticos e na incapacidade de projetar consequências estruturais em favor de obviedades replicáveis.
- (C) O algoritmo, ao premiar a obviedade, atua como uma ferramenta de correção para a miopia de gestão, permitindo que o gestor foque na celeridade e ignore as contradições intrínsecas da realidade social.
- (D) A "miopia" referida pelo autor é um estágio transitório da evolução tecnológica, que será superado quando o amálgama informativo for convertido em algoritmos capazes de realizar julgamentos éticos autônomos.

QUESTÃO 03 - Analise a articulação entre o segundo e o terceiro parágrafos. É correto afirmar que o autor constrói sua argumentação final utilizando um raciocínio de:

- (A) Causa e consequência, partindo da "submissão acrítica aos imperativos de velocidade" para explicar a "erosão da capacidade de síntese" e a consequente prevalência de soluções paliativas sobre patologias estruturais.
- (B) Comparação e contraste, estabelecendo que o "operador de fluxos" e o "intelectual técnico" são figuras complementares que buscam, através do ócio criativo, a reversão da estagnação reflexiva.
- (C) Enumeração e exemplificação, listando as métricas de produtividade como os pilares fundamentais para transformar as instituições em engrenagens perfeitas e dotadas de propósito ético.
- (D) Concessão e refutação, onde o autor admite que a fragmentação por notificações é um mal necessário, para depois refutar a ideia de que o rigor intelectual seja um pilar da competência profissional.

QUESTÃO 04 – No terceiro parágrafo, o autor estabelece uma dicotomia entre o "tempo de fermentação" do conhecimento e a "conveniência da opinião pronta". Ao analisar o desfecho desse raciocínio, em que o "intelectual e o técnico são empurrados para as margens", depreende-se que a crítica do texto se volta contra:

- (A) A obsolescência dos especialistas técnicos, que não possuem mais utilidade prática em um sistema gerido por fluxos de informações automatizados.
- (B) A inexistência de opiniões divergentes nas instituições, o que obriga o gestor a adotar a conveniência como único critério de validação técnica.
- (C) A necessidade de os intelectuais abandonarem o rigor técnico para que possam protagonizar as mudanças exigidas pela lógica algorítmica.
- (D) A valorização de um perfil profissional puramente executivo, que prioriza a manutenção do fluxo processual em detrimento da análise crítica e do rigor científico.

QUESTÃO 05 - A tese central defendida no texto converge para a necessidade premente de uma reforma na cultura institucional. De acordo com o fechamento do texto, a "engrenagem perfeita de um sistema vazio de propósito" seria evitada através da:

- (A) Implementação de novas métricas de produtividade que consigam mensurar o ócio criativo e o rigor intelectual de forma algorítmica e veloz.
- (B) Consolidação da figura do "operador de fluxos" como o eixo central da administração pública, garantindo que as patologias estruturais sejam atacadas por soluções imediatas.
- (C) Reabilitação da profundidade reflexiva e do tempo necessário para a atividade intelectual, posicionando-os como atributos indispensáveis da excelência e do julgamento ético.
- (D) Aceitação da fragmentação informativa como a nova base do conhecimento, permitindo que a opinião pronta substitua o confronto de ideias em prol da harmonia sistêmica.

QUESTÃO 06 - A análise sintática exige a distinção rigorosa entre as unidades de estruturação do pensamento: a FRASE, como enunciado de sentido completo (nominal ou verbal); a ORAÇÃO, como unidade organizada obrigatoriamente em torno de um núcleo verbal; e o PERÍODO, como unidade iniciada por letra maiúscula e encerrada por pontuação final, podendo ser classificado como simples ou composto.

Analise as proposições abaixo sob a ótica da norma-padrão:

- I. "Quanta perspicácia e retidão nas decisões do magistrado durante o julgamento!"
- II. "Os auditores do tribunal pretendiam analisar detidamente os fluxos de caixa da autarquia."
- III. "Houve, devido a inconsistências orçamentárias, sérios entraves ao prosseguimento da licitação."
- IV. "O veredito foi proferido, os réus silenciaram e a sessão, por fim, encerrou-se."

Assinale a alternativa que apresenta a classificação correta e respectiva das estruturas acima:

- (A) I. Frase nominal; II. Período simples; III. Período simples; IV. Período composto.
- (B) I. Período simples; II. Período composto; III. Período composto; IV. Período simples.
- (C) I. Frase nominal; II. Período simples; III. Período composto; IV. Período composto.
- (D) I. Oração absoluta; II. Período composto; III. Período simples; IV. Período composto.

QUESTÃO 07 - No processo de subordinação, a análise rigorosa exige a identificação da função sintática que a oração subordinada desempenha em relação à oração principal. As Substantivas integram o sentido da principal; as Adjetivas qualificam um substantivo; e as Adverbiais estabelecem o nexos circunstancial (lógico) do enunciado.

Analise as orações destacadas nas proposições abaixo:

I. Convém ao interesse público **que todos os processos de licitação sejam transparentes.**

II. Os servidores tinham a convicção **de que as novas metas seriam atingidas até o final do ano.**

III. O projeto é tão ambicioso **que os investidores decidiram triplicar o aporte de capital.**

IV. Os cidadãos, **que buscam por justiça e celeridade,** devem acompanhar os trâmites do processo.

Assinale a alternativa que apresenta a classificação **correta e respectiva** das orações em destaque:

- (A) I. Subordinada Substantiva Subjetiva /
 II. Subordinada Substantiva Completiva Nominal /
 III. Subordinada Adverbial Consecutiva /
 IV. Subordinada Adjetiva Explicativa.
- (B) I. Subordinada Substantiva Objetiva Indireta /
 II. Subordinada Substantiva Objetiva Indireta /
 III. Subordinada Adverbial Causal /
 IV. Subordinada Adjetiva Restritiva.
- (C) I. Subordinada Substantiva Subjetiva /
 II. Subordinada Substantiva Objetiva Indireta /
 III. Subordinada Adverbial Conclusiva /
 IV. Subordinada Adjetiva Explicativa.
- (D) I. Subordinada Substantiva Objetiva Direta /
 II. Subordinada Substantiva Completiva Nominal /
 III. Subordinada Adverbial Consecutiva /
 IV. Subordinada Adjetiva Restritiva.

QUESTÃO 08 - A correta correlação entre os tempos e modos verbais é condição essencial para a coesão e a precisão semântica de textos formais. O emprego de uma forma verbal deve harmonizar-se com a estrutura do enunciado, respeitando as noções de faticidade (Indicativo), hipótese (Subjuntivo) ou ordem (Imperativo).

Analise as proposições abaixo sob a ótica da norma-padrão:

I. Se a auditoria **DETIVESSE** provas concretas de malversação, o processo seguiria para a corregedoria imediatamente.

II. É necessário que o gestor **REVEJA** os critérios de alocação de recursos antes que o semestre se encerre.

III. Caso o relator **MANTIVESSE** sua postura de isenção, a decisão não seria questionada pelas partes interessadas.

IV. Quando os diretores **PROPOREM** as novas cláusulas contratuais, haverá uma assembleia extraordinária.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições com a flexão verbal **CORRETA**:

- (A) I e III, apenas.
 (B) I, II, III e IV.
 (C) II e IV, apenas.
 (D) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 09 - A grafia correta dos vocábulos na língua portuguesa deve observar as normas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico vigente e as orientações do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP).

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente:

- (A) A pretensão do sindicato é que a paralização seja pacífica, evitando qualquer tipo de suscitação de violência durante o trajeto.
- (B) O assessor agiu com cautela para não desageitar o fluxo de informações, mantendo a assessoria focada na concersão de metas.
- (C) A excessiva burocracia para a concessão de alvarás gera uma hesitação nos investidores que buscam a ascensão do mercado local.
- (D) Foi necessário rescindir o contrato devido à escassez de recursos, embora a expectativa de faturamento fosse expontânea.

QUESTÃO 10 - Assinale a alternativa que apresenta a concordância nominal **CORRETA**, conforme a norma-padrão:

- (A) Durante a conferência dos dados, os auditores perceberam que havia menas chances de recuperação fiscal do que o previsto, pois os gestores estavam meios preocupados.
- (B) Ao final da jornada exaustiva, as funcionárias estavam meio cansadas, pois havia bastantes processos acumulados para serem despachados pela diretoria.
- (C) Os conselheiros técnicos, após analisarem os balancetes, ficaram bastantes satisfeitos com os resultados, pois encontraram bastantes evidências de regularidade.
- (D) Na entrada da repartição pública, havia uma placa informando que era proibido a entrada de pessoas estranhas ao serviço sem o devido crachá de identificação.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 11 - Em uma planilha do Microsoft Excel (versão em português), um usuário deseja calcular rapidamente a média aritmética simples de um conjunto de valores numéricos localizados nas células A1, A2 e A3. Para que o software processe corretamente essa operação utilizando uma função nativa, a sintaxe adequada deve ser:

- (A) =MÉDIA(A1:A3)
- (B) =SOMA(A1:A3)/3
- (C) =CALCULAR.MÉDIA(A1;A3)
- (D) =MÉDIA.ARITMÉTICA(A1+A3)

QUESTÃO 12 - Durante a edição de um documento oficial no Microsoft Word (versão em português), a aplicação de formatação de destaque é uma tarefa recorrente. Para que um docente aplique o estilo **Negrito** a um trecho de texto previamente selecionado, utilizando exclusivamente o teclado, deve acionar a combinação de teclas:

- (A) Ctrl + B
- (B) Ctrl + J
- (C) Ctrl + S
- (D) Ctrl + N

QUESTÃO 13 - A rede mundial de computadores baseia-se em diversos processos de transferência de dados entre servidores e clientes. Quando um usuário transfere um arquivo (como um edital de concurso ou uma imagem) de um servidor remoto para o seu computador local, este procedimento técnico é corretamente denominado:

- (A) Upload.
- (B) Streaming.
- (C) Hosting.
- (D) Download.

QUESTÃO 14 - No ambiente operacional Windows 10, a interface gráfica padrão oferece um elemento horizontal (geralmente localizado na parte inferior da tela) que exhibe os aplicativos que estão em execução, além do botão Iniciar e da área de notificação. Esse elemento fundamental é denominado:

- (A) Painel de Controle.
- (B) Barra de Tarefas.
- (C) Central de Ações.
- (D) Área de Trabalho Remota.

QUESTÃO 15 - Ao organizar seus arquivos no Windows 10, um usuário decide excluir um documento. Caso ele deseje que o arquivo seja removido permanentemente do computador, sem ser enviado para a Lixeira, ele deve utilizar a seguinte combinação de comandos:

- (A) Tecla Delete isoladamente.
- (B) Tecla Shift + Tecla Delete.
- (C) Tecla Ctrl + Tecla Delete.
- (D) Tecla Alt + Tecla Delete.

QUESTÃO 16 - No Windows 10, a organização de arquivos em pastas segue regras específicas de nomenclatura impostas pelo sistema de arquivos. Ao tentar renomear uma pasta, o usuário será impedido pelo sistema caso tente utilizar um dos seguintes caracteres reservados:

- (A) Arroba (@)
- (B) Hífen (-)
- (C) Dois-pontos (:)
- (D) Sublinhado (_)

QUESTÃO 17 - Para aumentar a produtividade durante o uso do Windows 10, é comum o uso de atalhos que permitem alternar rapidamente entre as janelas de diferentes aplicativos que já estão abertos e em execução. A combinação de teclas padrão para essa finalidade é:

- (A) Ctrl + Alt + Del
- (B) Win + L
- (C) Ctrl + P
- (D) Alt + Tab

QUESTÃO 18 - Ao redigir uma mensagem de e-mail profissional, um docente deseja enviar o conteúdo para vários destinatários, de modo que nenhum deles consiga visualizar o endereço eletrônico dos demais na lista de recebimento. Para garantir essa privacidade, os endereços devem ser inseridos no campo:

- (A) Cco (Com cópia oculta).
- (B) Cc (Com cópia).
- (C) Para (Destinatário principal).
- (D) Anexo (Arquivos adjuntos).

QUESTÃO 19 - Ao realizar compras online ou acessar portais governamentais, o usuário deve verificar a presença de um protocolo que garante que a comunicação entre o seu computador e o servidor do site seja criptografada e segura. Esse protocolo é identificado na barra de endereços do navegador como:

- (A) HTTP.
- (B) HTTPS.
- (C) FTP.
- (D) SMTP.

QUESTÃO 20 - Determinadas instituições públicas utilizam uma infraestrutura de rede que, embora utilize as mesmas tecnologias da Internet (como o protocolo TCP/IP), é de acesso restrito aos seus próprios funcionários e colaboradores autorizados. Essa rede privada interna é denominada:

- (A) Intranet.
- (B) Extranet Pública.
- (C) Dark Web.
- (D) Provedor de Acesso.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 21 - Em uma escola técnica de referência, a razão entre o número de estudantes do sexo feminino e do sexo masculino matriculados no curso de Automação Industrial era, inicialmente, de 1 para 4. No semestre subsequente, observou-se o ingresso de 10 novas estudantes e a saída de 10 estudantes do sexo masculino. Com essa movimentação, a nova razão entre o número de estudantes do sexo feminino e do sexo masculino passou a ser de 1 para 2. Considerando que não houve outras alterações no corpo discente deste curso, o total de alunos (homens e mulheres) no primeiro semestre era de:

- (A) 75
- (B) 77
- (C) 80
- (D) 85

QUESTÃO 22 - No âmbito da gestão de projetos educacionais, considere a seguinte proposição lógica de diretriz administrativa: "Se o projeto pedagógico for aprovado pela coordenação, então o recurso financeiro será integralmente liberado". De acordo com os princípios da lógica proposicional, a negação lógica dessa afirmação é equivalente a:

- (A) Se o projeto pedagógico não for aprovado pela coordenação, então o recurso financeiro não será liberado.
- (B) O projeto pedagógico não é aprovado pela coordenação ou o recurso financeiro é liberado.
- (C) O projeto pedagógico é aprovado pela coordenação e o recurso financeiro não é liberado.
- (D) Se o recurso financeiro for liberado, então o projeto pedagógico foi aprovado pela coordenação.

QUESTÃO 23 - Um centro de produção de materiais didáticos utiliza uma prensa digital que imprime 12.000 páginas em 5 horas de operação contínua. Após uma atualização de software e calibração mecânica, a produtividade dessa prensa foi aumentada em 20%. Sob as novas condições de operação, o tempo necessário para que essa mesma prensa realize a impressão de um lote de 18.000 páginas é de:

- (A) 6 horas e 15 minutos.
- (B) 6 horas e 25 minutos.
- (C) 6 horas e 45 minutos.
- (D) 7 horas e 00 minutos.

QUESTÃO 24 - Uma determinada secretaria municipal teve seu orçamento anual reduzido em 15% no primeiro semestre devido a ajustes fiscais. No segundo semestre, sobre o valor já reduzido, foi aplicado um novo corte de 10% para o contingenciamento de despesas. Sabendo que o orçamento final disponível para a secretaria, após ambos os cortes, foi de R\$ 459.000,00, o valor do orçamento original antes das reduções era:

- (A) R\$ 520.000,00
- (B) R\$ 540.000,00
- (C) R\$ 580.000,00
- (D) R\$ 600.000,00

QUESTÃO 25 - Um servidor público, visando a futura aquisição de um imóvel, realizou uma aplicação financeira em um fundo de renda fixa que opera sob o regime de juros compostos, com uma taxa de rentabilidade de 10% ao ano. Ao final de um período de exatamente 2 anos, sem aportes adicionais ou retiradas intermediárias, o montante acumulado (capital inicial mais juros) totalizou R\$ 121.000,00. O valor total dos juros gerados por essa aplicação no referido período foi de:

- (A) R\$ 20.000,00
- (B) R\$ 21.000,00
- (C) R\$ 22.100,00
- (D) R\$ 19.800,00

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26 - No que tange à classificação dos agentes públicos e à natureza do vínculo estabelecido com a Administração, analise a situação hipotética e a doutrina para assinalar a alternativa correta:

A doutrina administrativista clássica e a jurisprudência dos Tribunais Superiores buscam delimitar as fronteiras entre os agentes políticos e os servidores públicos em sentido estrito. Diante da complexidade da organização administrativa brasileira, considere o regime jurídico aplicável aos agentes que desempenham funções de confiança.

- (A) Segundo a tese da "unidade do regime jurídico", a restauração da redação original do art. 39, caput, da CF/88 pelo STF implica a obrigatoriedade do regime estatutário para os servidores da administração direta, autárquica e fundacional, impossibilitando a convivência de regimes híbridos para funções típicas de Estado, ressalvadas as contratações por tempo determinado de excepcional interesse público.
- (B) Os agentes honoríficos, por serem cidadãos convocados para a prestação de serviços transitórios mediante requisição estatal, como jurados e mesários, são classificados como servidores públicos em sentido amplo, possuindo vínculo empregatício precário e direito à percepção de vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.
- (C) Os agentes delegados, que atuam em nome próprio, por conta e risco, sob fiscalização do Estado (como concessionários e permissionários), não integram a categoria de servidores públicos, exercendo atividade privada de interesse público mediante delegação estatal.
- (D) A categoria dos agentes políticos é restrita exclusivamente aos chefes do Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, não se estendendo, segundo a doutrina majoritária e o STF, aos magistrados e membros do Ministério Público devido à natureza técnica e vitalícia de suas funções.

QUESTÃO 27 - Acerca do regime jurídico dos bens públicos, especialmente no que concerne à afetação, desafetação e as restrições impostas por lei, assinale a alternativa correta:

A administração de bens públicos exige a observância de prerrogativas e sujeições que visam a proteção do interesse social. Considere a disciplina do Código Civil e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

- (A) Os bens públicos dominicais, por possuírem natureza jurídica de bens patrimoniais disponíveis e não estarem destinados a uma finalidade pública imediata, podem ser objeto de usucapião desde que comprovada a posse mansa e pacífica por período superior a vinte anos.
- (B) No caso de empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos em regime de não concorrência, seus bens, embora classificados como privados pela natureza da entidade, podem ser considerados impenhoráveis quando estiverem diretamente afetos à prestação do serviço público essencial, conforme entendimento consolidado do STF.
- (C) A desafetação de um bem de uso comum do povo para a categoria de bem dominical pode ocorrer de forma tácita pelo simples não uso do bem pela coletividade por tempo prolongado, prescindindo de ato administrativo formal ou lei específica.
- (D) O uso privativo de bem público por particular, quando realizado mediante autorização de uso, constitui ato administrativo bilateral e vinculado, gerando direito subjetivo à permanência da exploração do bem pelo prazo estipulado no termo de adesão.

QUESTÃO 28 - Sobre a classificação e as espécies de atos administrativos, especificamente quanto aos atos enunciativos e sua integração no processo decisório, assinale a alternativa correta:

A tipologia dos atos administrativos é fundamental para a identificação da vontade estatal e dos efeitos jurídicos produzidos. Analise as características dos pareceres e certidões no ordenamento pátrio.

- (A) O parecer facultativo, uma vez solicitado pela autoridade competente e emitido pelo órgão consultivo, passa a vincular o administrador, que não poderá decidir de forma diversa sob pena de nulidade do ato por vício de competência.
- (B) As certidões e os atestados, sendo atos administrativos negociais, gozam de presunção de veracidade, mas dependem de homologação judicial para que produzam efeitos de prova plena em face de terceiros.
- (C) O parecer vinculante transfere a responsabilidade pela decisão final exclusivamente ao parecerista, eximindo a autoridade administrativa de qualquer responsabilidade solidária, uma vez que o mérito administrativo foi exaurido na fase consultiva.
- (D) Os atos enunciativos, como os pareceres, são atos de manifestação de opinião técnica que não contêm uma norma de conduta nem produzem efeitos jurídicos imediatos, salvo quando a lei exige o parecer prévio como condição de validade do ato principal, configurando-se, neste caso, como elemento integrante do procedimento administrativo.

QUESTÃO 29 - Considere a teoria das nulidades no Direito Administrativo e o instituto da convalidação. Diante da existência de vícios que não acarretam lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, assinale a alternativa que reflete o tratamento jurídico mais acurado do tema:

- (A) O vício de motivo, em razão de sua natureza de elemento fático-jurídico essencial, é insuscetível de convalidação, devendo a Administração obrigatoriamente anular o ato, independentemente da ocorrência de "redundância de motivos" ou da teoria dos motivos determinantes.
- (B) A convalidação, por ser um ato administrativo discricionário quanto à conveniência de manter o ato viciado, pode retroagir seus efeitos (ex tunc) apenas se houver previsão expressa no edital de concurso ou na lei de regência da carreira, sob pena de violação ao princípio da legalidade estrita.
- (C) O vício de forma é sempre convalidável, mesmo quando a forma é exigida por lei como condição essencial para a validade do ato, pois o princípio da instrumentalidade das formas permite o aproveitamento do ato desde que a finalidade tenha sido alcançada.
- (D) A convalidação de ato com vício de competência é possível desde que não se trate de competência outorgada com exclusividade, podendo ocorrer por meio da ratificação pela autoridade superior, sanando o elemento subjetivo do ato e preservando os efeitos já produzidos no mundo jurídico.

QUESTÃO 30 - No âmbito da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a dispensa de licitação em razão do valor e do objeto sofreu alterações significativas. Sobre as hipóteses e limites para a dispensa, assinale a alternativa correta:

- (A) Na hipótese de dispensa de licitação para a contratação de serviços de manutenção de veículos automotores pertencentes à Administração Pública, o limite de valor previsto no art. 75, inciso II, deve ser aferido por unidade de veículo individualmente, e não pelo somatório das despesas da mesma natureza ao longo do exercício financeiro.
- (B) A contratação direta por dispensa de licitação de entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criada para o fim específico de prestar serviços ao órgão contratante (autoconsumo) prescinde da observância dos preços de mercado, bastando a comprovação da compatibilidade com o orçamento da entidade.
- (C) É dispensável a licitação para a contratação de instituições brasileiras, inclusive as fundações de apoio, que tenham por finalidade estatutária o ensino, a pesquisa ou o desenvolvimento institucional, desde que o contratado detenha inquestionável reputação ética e profissional e não possua fins lucrativos, sendo vedada a subcontratação total do objeto.
- (D) A dispensa de licitação em casos de emergência ou calamidade pública permite a contratação de obras e serviços pelo prazo máximo de 1 (um) ano, admitindo-se sucessivas prorrogações por igual período, desde que a situação emergencial persista e seja devidamente justificada por laudo pericial.

QUESTÃO 31 - No que tange à arquitetura institucional e ao processo de renovação dos órgãos diretivos da Câmara Municipal de Altinópolis, a dinâmica de alternância no poder e os critérios de desempate refletem a busca pela estabilidade e pela experiência parlamentar. Considerando as normas regimentais vigentes sobre a eleição da Mesa Diretora, assinale a alternativa correta:

- (A) A Mesa Diretora possui mandato bienal, sendo vedada, sob qualquer hipótese, a recondução de seus membros para o mesmo cargo dentro da mesma legislatura, em observância ao princípio da alternância democrática.
- (B) Na eleição para a renovação da Mesa, caso nenhum candidato alcance a maioria absoluta em primeiro escrutínio, proceder-se-á a uma nova eleição aberta a todos os vereadores no dia subsequente.
- (C) Em situações de empate persistente na eleição para cargos da Mesa, após o segundo escrutínio, o critério de desempate privilegia o candidato com maior tempo de vereança e, subsistindo a igualdade, o mais idoso.
- (D) A composição da Mesa Diretora, dada a sua natureza puramente administrativa, prescinde da observância da representação proporcional dos partidos, priorizando-se exclusivamente a votação nominal e secreta.

QUESTÃO 32 - A autonomia municipal, embora assegurada constitucionalmente, deve operar dentro da "moldura de simetria" com os modelos federal e estadual. No âmbito da Câmara de Altinópolis, o exercício da iniciativa legislativa e a regulação da remuneração dos agentes políticos exigem instrumentos específicos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) A proposição da remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais é competência da Mesa Diretora e deve ser veiculada obrigatoriamente mediante Projeto de Lei.
- (B) A iniciativa popular de leis no município prescinde de percentual mínimo do eleitorado, bastando a subscrição por qualquer entidade de classe com sede na cidade para deflagrar o processo legislativo.
- (C) O Presidente da Câmara detém a prerrogativa unilateral de promulgar todas as leis municipais, independentemente de sanção ou veto do Poder Executivo, como corolário da independência dos poderes.
- (D) Projetos de Resolução são os instrumentos adequados para a criação de cargos na Secretaria da Câmara, dispensando-se a observância de parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias.

QUESTÃO 33 - O funcionamento do Poder Legislativo é marcado por períodos de atividade e recesso, sendo a convocação extraordinária um mecanismo de exceção para tratar de matérias de urgência ou interesse público relevante. De acordo com o regimento de Altinópolis sobre o regime de sessões, assinale a alternativa correta:

- (A) Durante o período de recesso legislativo, a Câmara pode ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou pela maioria absoluta dos membros da Casa.
- (B) As sessões ordinárias, para serem abertas, exigem o quorum de maioria absoluta dos Vereadores, sob pena de nulidade imediata de todos os atos subsequentes do expediente.
- (C) O recesso legislativo em Altinópolis é ininterrupto, compreendendo todo o período entre o encerramento da última sessão de dezembro e o início dos trabalhos em fevereiro.
- (D) A duração máxima das sessões é de duas horas, sendo vedada qualquer prorrogação, visando garantir a celeridade e a eficiência dos debates parlamentares.

QUESTÃO 34 - As audiências públicas constituem-se como instâncias de participação popular e instrução técnica no processo legislativo municipal. No Regimento Interno de Altinópolis, este instrumento possui contornos específicos quanto à sua obrigatoriedade e rito. Assinale a alternativa correta:

- (A) A realização de audiências públicas é ato discricionário exclusivo do Presidente da Câmara, não podendo as Comissões Permanentes deliberar sobre sua convocação de forma autônoma.
- (B) Por força de lei, todo e qualquer projeto de lei em tramitação na Casa deve, obrigatoriamente, ser submetido a pelo menos duas audiências públicas antes da votação em Plenário.
- (C) As Comissões Permanentes detêm competência para convocar audiências públicas tanto nos casos previstos na Lei Orgânica quanto para instruir matéria legislativa em trâmite.
- (D) As sugestões colhidas em audiência pública possuem caráter vinculante, obrigando o relator da matéria a incorporá-las integralmente ao seu parecer final.

QUESTÃO 35 - A comunicação administrativa evoluiu para modelos de simplificação e uniformidade, buscando eliminar distinções que não agregam valor à eficiência pública. Com base nas normas vigentes de Redação Oficial e na prática da gestão documental, assinale a alternativa que descreve corretamente a distinção técnica atual entre ofício e memorando:

- (A) O memorando é o instrumento de comunicação externa por excelência, enquanto o ofício limita-se estritamente à comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão.
- (B) A distinção reside na autoridade signatária: apenas chefes de poder podem expedir ofícios, enquanto o memorando é utilizado por servidores de nível técnico ou operacional.
- (C) O ofício exige o emprego de vocativos de alta formalidade (Vossa Excelência), ao passo que o memorando, por sua natureza ágil, dispensa qualquer forma de tratamento ou saudação.
- (D) A distinção entre ofício e memorando foi abolida na administração pública moderna, unificando-se ambos sob a nomenclatura e o padrão de "Ofício", conforme os manuais de redação vigentes.

QUESTÃO 36 - A arquitetura do federalismo brasileiro impõe ao ente municipal limites rígidos quanto à gestão de seus gastos legislativos, visando o equilíbrio fiscal e a moralidade administrativa. Considerando as disposições do Art. 29-A da Constituição Federal e a jurisprudência consolidada sobre a remuneração de agentes políticos, analise a seguinte proposição:

No que tange aos limites de despesa total da Câmara Municipal, inclusive os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos:

- (A) O repasse de recursos do Executivo para o Legislativo, para Municípios com população entre 100.001 e 300.000 habitantes, possui teto de 8%, sendo crime de responsabilidade do Prefeito o envio a menor do valor previsto no orçamento.
- (B) O subsídio dos Vereadores deve ser fixado pela legislatura anterior para a subsequente, sendo vedada, em qualquer hipótese, a atualização monetária anual por meio de lei de iniciativa da Câmara, em razão do princípio da anterioridade.
- (C) A fiscalização externa da Câmara Municipal será exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou do Município, onde houver, sendo que o parecer prévio sobre as contas do Prefeito só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara.
- (D) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município, sob pena de constituição de crime de responsabilidade pelo Presidente da Câmara Municipal.

QUESTÃO 37 - O processo legislativo é o conjunto de atos preordenados à elaboração de normas jurídicas. Sobre a dinâmica de emendas constitucionais e o regime das Medidas Provisórias, em conformidade com o texto constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, princípio que se estende, por simetria, aos processos legislativos municipais e estaduais.
- (B) No caso de veto parcial do Presidente da República, este deve abranger o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea, sendo vedado o veto de palavras isoladas, embora seja permitida a rejeição do veto pelo Congresso Nacional por maioria simples.
- (C) As Medidas Provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, sendo vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de MP que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- (D) A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao STF, aos Tribunais Superiores e, facultativamente, aos cidadãos.

QUESTÃO 38 - O regime jurídico dos servidores municipais de Altinópolis, delineado em sua Lei Orgânica e atualizado por emendas recentes, estabelece critérios específicos para o afastamento temporário sem que haja a ruptura do vínculo. Sobre as licenças previstas aos servidores públicos municipais de Altinópolis, assinale a alternativa correta:

- (A) A licença-maternidade, conforme as atualizações legislativas vigentes no município, é de 120 dias, podendo ser prorrogada por mais 30 dias mediante requerimento da servidora e inspeção médica simplificada.
- (B) Ao servidor ocupante de cargo efetivo poderá ser concedida licença para tratar de interesses particulares, por período não superior a dois anos consecutivos, sem remuneração e desde que observada a conveniência da administração.
- (C) O servidor que for acometido de doença em pessoa da família terá direito a licença remunerada integral por até 24 meses, independentemente de comprovação de que sua assistência direta é indispensável e não pode ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.
- (D) A licença para o desempenho de mandato classista em sindicato representativo da categoria será concedida com ônus para a municipalidade, limitando-se a um servidor para cada mil filiados ou fração superior a quinhentos.

QUESTÃO 39 - A Emenda à Lei Orgânica nº 01/2024 de Altinópolis introduziu modificações sensíveis na organização temporal dos mandatos e no funcionamento da estrutura administrativa local. No que concerne à posse e ao funcionamento do Legislativo, assinale a alternativa correta:

- (A) As sessões ordinárias da Câmara Municipal de Altinópolis realizam-se independentemente de convocação, ocorrendo obrigatoriamente entre 1º de fevereiro e 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro de cada ano.
- (B) O quorum para a instalação dos trabalhos e para a abertura das sessões legislativas em Altinópolis é de maioria absoluta, sendo as deliberações tomadas sempre por voto secreto para garantir a independência parlamentar.
- (C) Conforme a redação atualizada da Lei Orgânica, os mandatários do Poder Executivo eleitos no pleito de 2024 tomarão posse em 1º de janeiro de 2025, contudo, para as legislaturas subsequentes (a partir de 2029), a posse ocorrerá em 5 de janeiro.
- (D) A mesa diretora da Câmara possui competência privativa para promulgar as leis municipais em caso de sanção tácita do Prefeito, não havendo previsão regimental para a intervenção do Vice-Presidente em caso de omissão do titular.

QUESTÃO 40 - No sistema orçamentário brasileiro, os instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal possuem funções distintas e complementares. Considerando exclusivamente o conteúdo constitucional acerca do **Plano Plurianual (PPA)**, assinale a alternativa correta:

- (A) O Plano Plurianual estabelecerá as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente, incluindo as despesas de capital para o próximo quadriênio.
- (B) O Plano Plurianual disporá sobre alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (C) O Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) O Plano Plurianual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.

QUESTÃO 41 - A autonomia municipal, princípio basilar do federalismo brasileiro de terceiro grau, encontra balizas rígidas no que tange ao seu processo legislativo constituinte decorrente. No que concerne à Lei Orgânica Municipal, instrumento fundamental da auto-organização local, a Constituição Federal de 1988 estabelece ritos específicos que a diferenciam das demais normas. Sobre o quórum e o procedimento de votação exigidos para que a Lei Orgânica seja votada e sancionada, assinale a alternativa correta:

- (A) Exige votação em turno único, com quórum de maioria absoluta, sendo enviada ao Chefe do Executivo para sanção ou veto.
- (B) Deve ser votada em dois turnos, com interstício mínimo de quinze dias, exigindo o voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (C) A promulgação depende de sanção expressa do Prefeito após aprovação por maioria simples em dois turnos de votação.
- (D) Deve ser votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.

QUESTÃO 42 - O controle externo das contas municipais é exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas. Todavia, a arquitetura constitucional brasileira buscou equilibrar a tecnicidade do órgão de contas com a soberania política do Legislativo. Caso o Tribunal de Contas respectivo emita um parecer prévio recomendando a rejeição das contas anuais do Prefeito, tal parecer:

- (A) Possui natureza vinculante, impedindo que a Câmara Municipal aprove as contas em caso de recomendação de rejeição.
- (B) Pode ser derrubado por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, em sede de julgamento político-administrativo.
- (C) Só deixará de prevalecer se houver decisão judicial transitada em julgado que anule o parecer técnico por vício de forma.
- (D) Só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

QUESTÃO 43 - A inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos é uma garantia fundamental para o exercício do mandato legislativo. Contudo, diferentemente do que ocorre com parlamentares federais e estaduais, a imunidade material do Vereador possui uma restrição geográfica específica e uma vinculação finalística. Segundo o texto constitucional, essa inviolabilidade:

- (A) É absoluta e estende-se a todo o território nacional, desde que a manifestação seja pertinente ao exercício do mandato.
- (B) Protege o parlamentar apenas dentro do recinto da Câmara Municipal, independentemente do conteúdo da fala.
- (C) É restrita à circunscrição do Município e deve, necessariamente, guardar pertinência com o exercício do mandato.
- (D) Aplica-se apenas a crimes de opinião cometidos contra a administração pública local, excluindo-se ofensas a terceiros.

QUESTÃO 44 - Na redação oficial e na rotina administrativa de instituições públicas, a distinção entre as espécies documentais é crucial para a validade do ato e a produção de efeitos jurídicos. A "Declaração" é um documento frequentemente utilizado para afirmar a existência ou inexistência de um fato ou situação. Do ponto de vista técnico-administrativo, a Declaração diferencia-se da "Certidão" e do "Atestado" porque:

- (A) Constitui um relato de conhecimento pessoal, sob responsabilidade do declarante, sobre um fato ou situação de que tem ciência, sem necessariamente basear-se em registros oficiais permanentes.
- (B) É um documento emitido exclusivamente por autoridade portadora de fé pública, extraído obrigatoriamente de livros ou registros em poder da administração.
- (C) Trata-se de um documento de caráter normativo que cria obrigações para os servidores subordinados à autoridade que a firma.
- (D) Serve exclusivamente para comprovar a veracidade de dados técnicos observados por profissional especializado no momento da emissão.

QUESTÃO 45 - As leis complementares ocupam um degrau intermediário entre a Constituição e as leis ordinárias, destinando-se a regulamentar matérias especificamente reservadas pelo constituinte. A principal distinção formal entre a elaboração de uma lei complementar e uma lei ordinária reside no quórum de aprovação. Conforme a disciplina constitucional, a lei complementar será aprovada por:

- (A) Maioria simples, desde que presente a maioria absoluta dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- (B) Maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- (C) Dois terços dos votos de cada Casa, em dois turnos de votação e discussão.
- (D) Maioria de três quintos dos membros, seguindo o rito das emendas constitucionais.

QUESTÃO 46 - No âmbito do Processo Legislativo, as Leis Delegadas representam uma transferência temporária da competência legiferante do Poder Legislativo para o Poder Executivo. Todavia, essa delegação não é plena e sofre limitações materiais intransponíveis. De acordo com o Art. 68 da Constituição Federal, não podem ser objeto de delegação:

- (A) Matérias de direito penal e direito processual civil, dada a sua relevância para as garantias individuais.
- (B) Atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, competências privativas da Câmara ou do Senado, e a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- (C) Leis que versem sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos, salvo se houver autorização prévia da Comissão Mista de Orçamento.
- (D) A instituição de tributos e a criação de cargos públicos no âmbito do Poder Executivo.

QUESTÃO 47 - Após a aprovação de um projeto de lei pelas duas Casas do Congresso Nacional, este é enviado ao Presidente da República para sanção ou veto. Caso o Presidente considere o projeto inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo total ou parcialmente. Sobre a apreciação do veto pelo Poder Legislativo, assinale a alternativa correta:

- (A) O veto é definitivo e impede que a matéria seja reapreciada na mesma sessão legislativa, salvo por proposta da maioria absoluta.
- (B) O veto deve ser apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, podendo ser rejeitado pelo voto da maioria simples.
- (C) O veto será apreciado em sessão conjunta e só poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
- (D) Caso o Congresso Nacional não delibere sobre o veto em quarenta e cinco dias, este será considerado automaticamente rejeitado.

QUESTÃO 48 - O processo administrativo federal, regido pela Lei nº 9.784/99, estrutura-se em fases lógicas que garantem o devido processo legal e a ampla defesa. A fase na qual a Administração Pública realiza a coleta de provas, solicita pareceres, realiza vistorias e ouve os interessados, visando formar seu convencimento antes da decisão final, denomina-se:

- (A) Instauração ou Fase Postulatória.
- (B) Relatório ou Fase Conclusiva.
- (C) Decisão ou Fase Decisória.
- (D) Instrução ou Fase Instrutória.

QUESTÃO 49 - O regime disciplinar dos servidores públicos é pautado pelos princípios da legalidade e da proporcionalidade. No exercício do poder disciplinar, a autoridade deve observar a gravidade da falta e os antecedentes do servidor. Sobre as sanções aplicáveis conforme o regime jurídico estatutário (Lei 8.112/90), é correto afirmar que:

- (A) A demissão é sanção de aplicação automática sempre que houver reincidência em falta punível com advertência.
- (B) A suspensão poderá ser aplicada por até 120 dias, sendo vedada a sua conversão em multa.
- (C) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a demissão.
- (D) A advertência é aplicada por escrito em casos de faltas graves que não gerem prejuízo ao erário ou má-fé comprovada.

QUESTÃO 50 - As audiências públicas constituem instrumentos de participação popular e transparência na gestão pública e no processo legislativo. No contexto administrativo e regulatório, a realização de uma audiência pública antes da tomada de decisões de grande impacto possui a seguinte característica:

- (A) Tem como objetivo colher subsídios e opiniões de diversos segmentos da sociedade, porém, em regra, o seu resultado não vincula a decisão final da autoridade administrativa.
- (B) Suas deliberações possuem caráter deliberativo e obrigatório, funcionando como uma instância de democracia direta onde a maioria dos presentes decide o ato.
- (C) É obrigatória para todo e qualquer ato administrativo, sob pena de nulidade absoluta por vício de publicidade.
- (D) Substitui a necessidade de motivação do ato administrativo, uma vez que a vontade popular manifestada na audiência supre a fundamentação jurídica.